

O VERÃO ACESSÍVEL COMO ATRATIVO TURÍSTICO PARA CADEIRANTES NA CIDADE DE JOÃO PESSOA

COUTINHO, DANILO HENRIQUE GONÇALVES
VANZELLA, ELÍDIO
BRAMBILLA, ADRIANA

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de chamar atenção dos governantes de todos os países e da sociedade de forma geral para a conscientização e para a necessidade da adoção de providências no intuito de garantir a acessibilidade, a igualdade de condições, a participação plena e a mudança de valores sociais, foi o ano de 1981 proclamado, pela Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas), como Ano Internacional das Pessoas Deficientes.

Passados 36 anos, no ano de 2017, quais os avanços obtidos para a acessibilidade na sociedade brasileira? Nesse contexto, destaca-se que no Brasil, no ano de 2012, 23,9% da população total, tinha algum tipo de deficiência (IBGE, 2012), entre elas a deficiência motora que será o foco nesse trabalho em razão da necessária delimitação do tema a ser estudado.

Para tornar os lugares acessíveis aos deficientes a Câmara dos Deputados, no Congresso Federal, criou um programa de acessibilidade

que atua em seis áreas: acessibilidade física, acessibilidade de comunicação, sensibilização, capacitação, interação externa e inclusão social. Nesse sentido, o poder legislativo federal, pelo menos no campo das intenções, garante às pessoas com necessidades especiais que desejam viajar e explorar novos lugares em busca de experiências enriquecedoras e momentos de lazer e conhecimento cultural a possibilidade de uma estrutura que permite a realização desse desejo. Nesse argumento, ressalta-se a necessidade de uma boa infraestrutura para suprir as necessidades dos turistas e, como meio de contribuir com essa melhoria, os atrativos turísticos precisam de planejamento e desenvolvimento visando atender toda a população e, dentro dela, o público com deficiência motora. No entanto, devido ao custo financeiro, muitas empresas apenas adequam a estrutura de seus empreendimentos para receber este público e assim cumprir a legislação.

A mudança na estrutura física, nos atrativos turísticos, é importante, porém, isso não é o bastante, pois é também necessário fornecer treinamento aos responsáveis, para que estes acolham os turistas de maneira hospitaleira, por meio do “bem receber” e, ainda, o apoio às iniciativas que permitam o acesso pleno a todos. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo investigar a iniciativa de acessibilidade em locais de turismo de praia, especificamente o projeto AC Social desenvolvido por Genilson Machado Lima na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.

REFERENCIAL TEÓRICO

Acessibilidade e inclusão no turismo

No campo da acessibilidade, nos últimos anos, algumas conquistas ocorreram, tendo em vista que antigamente as pessoas com necessidades especiais eram vistas como sub-humanas e, sendo, muitas vezes abandonadas ou até mesmo castigadas, conforme relata Pessotti (1984). Nos dias atuais, pode-se perceber uma nova forma de compreender o assunto, considerando, principalmente, os laços familiares e de amizade, passando-se a enxergar suas habilidades e diminuindo, por consequência, consideravelmente o preconceito. Essa visão condiz, em parte, com a compreensão de que a sociedade deve ser um local de convivência e de inclusão social, onde todos possam ter seus direitos assegurados (SASSAKI, 2003), ressaltando que ainda há muito a avançar nesse campo.

Os desafios são muitos, pois além dos obstáculos físicos, existe o preconceito, que as pessoas com deficiência sofrem, chegando, mesmo na atualidade, a serem vistas como pessoas incapazes. Foi nesse contexto que a Organização das Nações Unidas, na Assembleia Geral, de 09 de dezembro de 1975, homologou a primeira “Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes”, cujo artigo 1º expressa: Pessoas deficientes referem-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais (ONU, 1975). No entanto, observou-se que mesmo após a homologação dessa Declaração, os termos adotados para se referirem às pessoas com deficiência, continuavam sendo preconceitu-

sos, difundindo a ideia de que esses indivíduos não teriam capacidade de desempenhar seus papéis na sociedade de forma satisfatória (FIGUEIRA, 1995).

De acordo com Werneck (1997), a deficiência pode ser um processo transitório ou permanente, que pode abranger uma pessoa que precisa usar óculos para melhorar a visão, alguém que tenha imobilizado um braço em virtude de uma queda, entre outras situações, que impeçam, mesmo que temporariamente, a realização de atividades de forma plena. No entanto, grande parte da população associa o termo “deficiente” apenas às pessoas com necessidades especiais. Neste contexto, a Declaração de Madri (2002, 1), ressalta que a deficiência é “uma questão de direitos humanos e que as pessoas com deficiência querem a igualdade de oportunidades e não a caridade”.

No Brasil, o artigo 5º da Constituição Federal, assegura a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, o que implica concluir que a acessibilidade é um direito de todos. Com o intuito de promover esse direito, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) lançou a norma NBR 9050/2004, atualizada em 2015, que estabeleceu critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Segundo a referida norma, a acessibilidade é definida como a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urba-

nos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (ABNT, 2015). Assim, a acessibilidade, segundo Araújo (2007), é fundamental para que todas as pessoas possam encontrar as condições necessárias para realizarem suas atividades e para efetivamente se sentirem incluídas na sociedade.

No caso do turismo, o Manual de Orientações voltado ao Turismo e à Acessibilidade, visa “servir de instrumento orientador sobre temas relativos à acessibilidade, apresentando critérios, parâmetros, recomendações e informações para o exercício da plena cidadania aos que desejem usufruir dos benefícios da atividade turística” (BRASIL, 2006). Sua abrangência norteia as edificações públicas, as vias, praças, parques, o transporte coletivo, incluindo os endereços eletrônicos que prestam serviços voltados ao turismo. Segundo o Manual, muitas ações podem ser simples, mas são fundamentais no tratamento às pessoas com deficiência, destacando-se o atendimento prioritário e adequado (BRASIL, 2006).

Acesso dos cadeirantes a destinos turísticos sol e mar

Com base nos dados do Ministério do Meio Ambiente (2009) pode-se ressaltar que o Brasil possui em sua zona costeira cerca de 400 municípios que no verão recebem um grande contingente de turistas. Nesse contexto, o segmento do turismo de sol e mar, definido pelo Ministério do Turismo, como “as atividades turísticas relacionadas à recreação,

entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor” (BRASIL, 2010).

A NBR 9050 orienta que para permitir o acesso às praias, o desnível entre o passeio e a areia deve ser feito com rampas que devem estar vinculadas a um piso fixo ou removível que se prolongue em direção ao mar, com uma largura mínima de 0,90m, cujos acessos devem estar sinalizados pelo SIA (Símbolo Internacional de Acesso), com a recomendação de que haja um sanitário unissex acessível (ABNT, 2015).

Com o objetivo de melhor discutir o assunto, foram investigadas as vivências de participantes nos projetos desenvolvidos em algumas praias brasileiras e relatadas por pessoas como Vera Garcia no seu blog Deficiente Ciente, de Marcelo Raupp e de Beatriz de Luca no projeto Praia Acessível Santa Catarina, do projeto Praia para Todos do Instituto Novo Ser no Rio de Janeiro, de Genilson Machado Lima com o projeto AC Social desenvolvido por na cidade de João Pessoa entre outros bons projetos.

Rio de Janeiro- Copacabana

Na praia de Copacabana, Rio de Janeiro, o Projeto Praia para Todos (Figura 1), oferece as atividades de banho de mar assistido, Stand Up Paddle, surf adaptado, handbike, frescobol, além de eventos como o "Luau Praia Para Todos" e o Desafio de Vôlei Sentado (INSTITUTO NOVO SER, 2009).

Figura 1 - Praia para todos, Copacabana, Rio de Janeiro- Brasil.



Fonte: Praia Para Todos, 2014.

Recife- Boa Viagem

Em Recife, mais especificamente na praia de Boa Viagem, o projeto Praia Sem Barreiras (Figura 2), oferece esteira em direção ao mar, cadeiras anfíbias, piscinas para lazer de crianças, quadra para prática de vôlei sentado e conta com profissionais de fisioterapia e enfermagem (VALDEZ, 2017).

São Paulo- Litoral Paulista

No litoral do Estado de São Paulo, funciona o Programa Praia Acessível, desde 2010, através da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em parceria com as prefeituras dos municípios. O projeto ocorre em 26 praias do litoral, oferecendo cadeiras anfíbias com pneus especiais permitindo superar a dificuldade da areia e também

não afundar dentro da água. Existe, ainda, a facilidade na transferência da cadeira de rodas para a cadeira anfíbia (Figura 3) porque os braços são removíveis, garantindo a quem tem deficiência o acesso ao banho de mar (PORTAL DO GOVERNO, 2017).

Figura 2 - Programa Praia Sem Barreiras, Boa Viagem, Recife.



Fonte: Diário de Pernambuco, 2017.

Figura 3 - Programa Praia Acessível



Fonte: Portal do Governo, 2017

Santa Catarina- Balneário Rincão

O projeto Praia Acessível atua no Balneário Rincão possibilitando que cadeirantes tomem banho de mar, acompanhados por um grupo de bombeiros comunitários e com ajuda de cadeiras anfíbias especiais do projeto (Figura 4). O projeto tem como objetivo diminuir as barreiras de acesso existentes nas praias catarinenses, promovendo o surfe adaptado, entre outras atividades (PRAIA ACESSÍVEL, 2018).

Figura 4 - Projeto Praia Acessível



Fonte: Projeto Praia Acessível, 2017

João Pessoa- Cabo Branco

Em dezembro de 2012, foi iniciado o projeto AC Social na cidade de João Pessoa. A abertura do projeto contou com a presença do

atleta paraibano e da seleção brasileira de futebol Givanildo Vieira de Sousa, mais conhecido como Hulk, e conhecido internacionalmente por sua contribuição ao esporte.

Figura 5 - projeto AC Social, Cabo Branco, João Pessoa.



Fonte: AC Social, 2016.

O projeto AC Social, tem como objetivo oferecer lazer, cultura e arte para pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida e, é realizado todos os sábados na praia de Cabo Branco. Esse projeto é uma ação do projeto Acesso Cidadão com parceria entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e o movimento Nós Podemos Paraíba, da Fundação Solidariedade. O mesmo dispõe de cadeiras anfíbias (Figura 6), que facilitam a entrada dos cadeirantes ao mar, pranchas de *surf* adaptadas, *handbikes*, caiaque, *kits* de bocha, *kit* de vôlei sentado e uma esteira que leva os cadeirantes da calçada até o mar.

Todas as atividades são supervisionadas pelos voluntários que dão apoio aos visitantes. Os voluntários são divididos em áreas de acordo com sua aptidão e conhecimento, para que as mesmas sejam desenvolvidas com segurança.

Figura 6 - Cadeiras anfíbias, Cabo Branco, João Pessoa.



Fonte: AC Social, 2016.

De acordo com o site Parlamento PB (2012), vereadores da cidade de João Pessoa afirmam que o objetivo é que o posto localizado na praia se torne fixo para todo o ano e com um quiosque de apoio para guardar os equipamentos e, ainda segundo o site, existe a intenção de transformar a área em um centro de convivência para as pessoas com deficiência e para toda a população.

Figura 7 – projeto AC Social, estrutura.



Fonte: Pesquisa, 2016.

É possível observar, na figura 7, que a estrutura do projeto AC Social não é fixa. Composta de duas tendas, a estrutura é montada e desmontada todos os sábados por uma equipe de voluntários, sob a coordenação de Genilson Machado Lima. Assim, ao desmontar todo o equipamento do projeto, este é levado por um caminhão baú, cedido pela Prefeitura Municipal de João Pessoa durante os dias do projeto, até o *contêiner* da ONG (Organização Não Governamental).

Figura 8 – Projeto AC Social, esteira.



Fonte: Pesquisa, 2016.

O *deck* é dividido em blocos de madeira, que somado uns aos outros se torna uma plataforma de avanço em direção ao mar, conforme as figuras 8 e 9.

Figura 9 – projeto AC Social, esteira 2.



Fonte: Pesquisa, 2016.

Além do banho assistido (Figura 10), a prática do vôlei sentado se destaca entre os visitantes do projeto (Figura 11), pois se trata de um esporte paraolímpico.

Figura 10 – Banho assistido, projeto AC Social.



Fonte: AC. Social, 2014.

Figura 11 - Vôlei sentado, projeto AC Social.



Fonte: AC. Social, 2016.

A *handbike* é um tipo de bicicleta pedalada com as mãos com as mãos, em posição sentada. O modelo encontrado no projeto é mais adequado para passeios, conforme a imagem abaixo.

Figura 12 – Handbike para passeio, projeto AC Social.



Fonte: AC. Social, 2016.

Figura 13 - Equipe AC Social com o coordenador do projeto



Fonte: AC. Social, 2016.

REFERENCIAL METODOLÓGICO

O estudo, do tipo exploratório/descritivo, desenvolvido a partir de abordagem qualitativa foi realizado em localidades onde ocorrem atividades turísticas com atenção aos portadores de necessidades especiais, destacando-se que para o projeto AC Social, desenvolvido na cidade João Pessoa/PB, foi realizada uma pesquisa de campo e para as demais localidades, citadas no trabalho, a pesquisa foi concretizada por meio dos registros disponibilizados na internet.

De acordo com Gil (2002), as pesquisas exploratórias proporcionam maior familiaridade com o problema proposto para o estudo, pois envolve levantamento bibliográfico enredado com a realidade a ser inves-

tigada. Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica subsidia o conhecimento sobre o que foi pesquisado e trabalhado, explicando como e sob que perspectiva o assunto é tratado na literatura científica. Nesse contexto a pesquisa descreveu o potencial turístico do projeto AC Social em relação a turistas cadeirantes e explorou com a coleta dados em uma área, cujo conhecimento acumulado é relativamente reduzido.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Marconi e Lakatos (2006) preocupa-se em analisar e descrever a complexidade do comportamento humano fornecendo detalhes sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento. Nesse sentido, a pesquisa registrou as atividades dos participantes, dos organizadores e dos voluntários do projeto AC Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O convívio, dos pesquisadores durante a pesquisa, com os participantes do projeto proporcionou um melhor entendimento sobre a questão da acessibilidade no turismo. Foi percebido que as adaptações para cadeirantes no projeto AC Social interferem de maneira positiva na experiência turística e, ainda, constatou-se o seu potencial turístico em relação a esse público. E, nesse sentido, é fundamental conhecer as necessidades, dificuldades e problemas que os cadeirantes enfrentam e que de alguma forma prejudicam a prática do turismo sol e mar, por parte deste grupo, para que a atividade turística aproveite o potencial econômico dessa população.

Considera-se que desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, até os dias atuais conquistadas, no campo da acessibilidade, já foram alcançadas. Atualmente existem vários destinos onde é possível a visitação pelo turista cadeirante. No entanto, é preciso que as empresas voltadas à atividade turística percebam que a adaptação dos ambientes às pessoas com necessidades especiais deve ser realizada por questões de mercado, dado o potencial que esta parcela da população representa. Nesse sentido, o cumprimento das exigências legais é automático e decorrente das ações para satisfazer as necessidades de um importante público consumidor.

O projeto AC Social proporciona a prática do lazer, tanto ao cadeirante da cidade como também ao turista cadeirante, pois o projeto movimenta todos os sábados, dezenas de pessoas com necessidades especiais possibilitando desde o banho de mar à prática de esportes.

Baseado nesse fluxo de pessoas percebeu-se que o projeto AC Social já é um atrativo, faltando apenas uma maior divulgação junto às empresas hoteleiras de João Pessoa para que, visando o crescimento do projeto, sua estrutura se torne fixa. Isso pode ser através de uma parceria público/privada.

A orla das principais praias urbanas da cidade de João Pessoa já apresenta uma relativa acessibilidade, dispondo de piso uniforme, vagas de estacionamento devidamente sinalizadas, rampas de acesso, banheiros acessíveis e, no caso da praia de Cabo Branco, o projeto AC Social que possibilita o lazer as pessoas com necessidades especiais. No entanto, ressalta-se que outras ações e melhorias precisam ser realizadas.

Deve-se levar em consideração que quando o turista cadeirante se desloca a algum destino turístico, geralmente vai acompanhado e esse fato possibilita mostrar que a prática do turismo por parte desse grupo é realmente lucrativa tanto para os meios de hospedagem quanto para a gastronomia e outros serviços afins. Logo é possível afirmar que tanto o setor público como o privado deve investir, na acessibilidade, visando atrair potenciais turistas cadeirantes para o destino João Pessoa.

REFERÊNCIAS

ABNT. NBR 9050/2015. **Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamento Urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

AC SOCIAL. **Assessoria e Consultoria para Inclusão Social**. Disponível em < <http://www.acsocial.org.br>>. Acesso em 10 de jun. de 2016.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente; Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos; Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão/Secretaria do Patrimônio da União. **Projeto Orla**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma Viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo e acessibilidade: manual de orientações** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação. 2ª ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. 294 p. Disponível em

<<http://www.turismo.gov.br/regionalizacao/>>. Acesso em: 12 de out de 2016.

DECLARAÇÃO DE MADRI. **Convenções e Declarações da ONU sobre a pessoa com deficiência.** Disponível em <<http://www.ampid.org.br>> Acesso em 13 de jun de 2016.

FIGUEIRA, E. A Imagem do Portador de Deficiência Mental na Sociedade e nos Meios de Comunicação. In: **Integração**, ano 6, nº15, MEC, Brasília, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010: Resultados gerais da amostra.** Rio de Janeiro, 2012.

INSTITUTO NOVO SER. Praia para todos. **Eventos**, 2009. Disponível em: <<http://www.praiaparatodos.com.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia científica.** 4ªed revista e ampliada. São Paulo. Atlas, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Pessoas Deficientes.** Disponível em: <www.senac.br/conheca/DClegislacao.pdf>. Acessado em 10 de jun de 2016.

PARAÍBA SEM BARREIRAS. **Acesso aos quiosques da orla do Cabo Branco.** Disponível em <http://pbsembarreiras.com/2012/06/21/acesso-aos-quiocques-da-orla-do-cabo-branco/#comment-154>. Acesso em 31 de jun de 2016.

PARLAMENTOPB. **Praia Acessível em João Pessoa.** Disponível em <<http://www.parlamentopb.com.br/Noticias/?-vereador-fala-sobre-a>>

praia-acessivel-aos-cadeirantes-em-joao-pessoa-22.12.2012>. Acesso em 25 de jun de 2016.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental**: da superstição à ciência. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PORTAL DO GOVERNO. Programa Praia Acessível: verão para todos no Estado de São Paulo. **Governo de Sao Paulo**, 2017. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/praia-acessivel-2016-tem-inicio-em-santos/>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

PRAIA ACESSÍVEL. Projeto Praia Acessível Santa Catarina. **Facebook**, 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/praiaacessivelsc/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 3ª ed. Rio de Janeiro: WWA, 1999.

VALDEZ, B. Projeto Praia sem Barreiras: inclusão e lazer ao longo de quatro anos. **Diário de Pernambuco**, 2017. Disponível em: <http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2017/03/25/interna_vidaurbana,695870/projeto-praia-sem-barreiras-completa-quatro-anos-oferecendo-inclusao-e.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2018.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.